

Central Nacional  
Unimed -  
Cooperativa  
Central

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório de Administração 2016</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações de resultados (sobras e perdas)</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)</b>	<b>17</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>18</b>

## **CNU - RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2016**

### **Cooperativas Associadas,**

De acordo com as disposições legais, submetemos à sua apreciação as demonstrações financeiras da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A operadora do Sistema Unimed é uma cooperativa de segundo grau, sendo o quadro associativo composto por 327 Unimeds, ao final de dezembro de 2016. Atenta aos princípios cooperativistas, sua gestão é pautada pelos compromissos do Pacto Global.

De acordo com informações divulgadas pela ANS, relativas ao número de beneficiários por operadora - *base dezembro de 2016* - a Central Nacional Unimed (CNU) ocupa a sexta posição entre as operadoras brasileiras de planos de assistência médica, somando 1.517.833 beneficiários em dezembro de 2016, distribuídos por todo o país e atendidos através das cooperativas do Sistema Unimed, da rede direta de prestadores credenciados e das filiais localizadas em Salvador, São Luís, Brasília e São Paulo (*onde se encontram alocados os beneficiários originados da portabilidade dos contratos da Unimed Paulistana, como também a Matriz da operadora*). Significativa parcela desses clientes - 78,6% - estão alocados em contratos na modalidade pré-pagamento. Pelo atendimento aos clientes da CNU, as cooperativas do Sistema Unimed receberam, através de repasse de recursos, o valor de R\$ 2,5 bilhões no decorrer de 2016, montante 9,9% maior que o verificado no ano anterior (R\$ 2,3 bilhões).

### ***Cenário Econômico Mundial e seu reflexo no Setor de Saúde Suplementar Brasileiro***

A economia global, em 2016, foi surpreendida por efeitos de natureza política, sobretudo pelo “Brexit” na Zona do Euro (*saída do Reino Unido do grupo de países que formam a União Europeia*) e pela vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Além disso, os problemas geopolíticos - *como refugiados, terrorismo, tensões locais* - e as expectativas sobre o ritmo de desaceleração da economia da China, também impactaram os rumos da economia mundial. As economias emergentes continuaram se recuperando lentamente, beneficiadas pela melhora dos dados de crescimento global e pelos melhores preços das commodities (*especialmente petróleo e metais*).

No Brasil, o ano de 2016 foi marcado pelo segundo processo de impeachment de um presidente após a redemocratização - Dilma Rousseff foi definitivamente afastada em 31 de agosto, quando o vice-presidente Michel Temer assumiu o comando do país em caráter irrevogável. A Operação Lava-Jato deflagrou 17 operações, nas quais muitos nomes de peso da política brasileira acabaram

presos. E o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu, em dezembro, 77 delações de executivos da Odebrecht.

O governo federal, no decorrer do segundo semestre, apresentou duas propostas relativas a reformas fiscais, importantes para a contenção futura dos gastos governamentais: **a primeira - a Emenda Constitucional (PEC nº 241/55 - PEC do Teto dos Gastos)** - já aprovada no Senado e sancionada pelo Presidente da República em dezembro; **a segunda - a Reforma da Previdência** - proposta no dia 05 de dezembro, visando tornar mais rígidas as regras de aposentadoria no país, devendo ser apreciada pelo Congresso nacional ao longo do primeiro semestre de 2017.

Pelo lado econômico, o Brasil se viu às voltas com uma grande retração do consumo e da entrada de investimento estrangeiro, redução da inflação e das taxas de juros, além da continuação do aumento do desemprego e da queda do **PIB**, que após seis anos seguidos de crescimento encerrou 2016 com o segundo ano consecutivo de retração - **menos 3,6%, após queda de 3,8% em 2015** - a pior recessão da história do país, puxada pelas quedas na *agropecuária (-6,6%), na indústria (-3,8%) e nos serviços (-2,7%)*.

A **inflação** terminou o ano em níveis abaixo do esperado - **6,29%** (*contra 10,67% em 2015*), apresentando, desde março, sucessiva tendência de queda, o que abriu espaço para o Banco Central antecipar o ciclo de corte da taxa de juros - a **Selic** encerrou 2016 em **13,75% a.a.** (*14,25% a.a. em 2015*). Mesmo assim, com a atividade econômica praticamente paralisada (*produção e vendas*), o **emprego formal** foi duramente atingido (**-3,9% sobre 2015**); de acordo com o IBGE (*PNAD Contínua*), a **taxa média de desemprego** aumentou significativamente, encerrando o ano em **11,5%, significando uma população desocupada ao redor de 12,3 milhões de pessoas** - *um contingente maior equivalente a 3,3 milhões, ou mais 36% em relação ao ano anterior*.

Tudo isso influenciou sobremaneira o desempenho do setor de saúde suplementar como um todo e, em especial, a contratação de planos coletivos empresariais (*a maior fatia dos planos de saúde comercializados*), que apresenta correlação direta com a situação do emprego formal observada no país. Em **dezembro/16**, os planos médico-hospitalares contavam com **47.898.787 beneficiários, número 2,8% menor que o observado em dezembro/15** (*49.265.921*) e 5,0% inferior ao verificado no final de 2014 (*50.398.992*). Do total dos beneficiários, **mais de 61% (29.447.657) se encontravam na região Sudeste (e destes 60% em São Paulo)** - onde se observou redução de **1.092.023 vínculos, ou seja, menos 3,6% beneficiários em relação a dezembro/15**. Os planos coletivos empresariais contemplavam **66,4%** do total dos beneficiários (**31.790.546**) ao final de 2016 - mesma proporção de dezembro/15 (*com 32.711.168 beneficiários*).

Note-se que, entre 2015 e 2016, a redução verificada no número de beneficiários se deu, principalmente, na **faixa etária compreendida entre 0 e 59 anos - em média, menos 1.474.568 pessoas, ou menos 3,4%**. No entanto, entre os beneficiários com **idade acima de 60 anos, o crescimento**

**médio foi de 108.171 pessoas, ou mais 1,8%**, representando 12,9% do total de beneficiários de dezembro/16 (12,3% em dezembro/15).

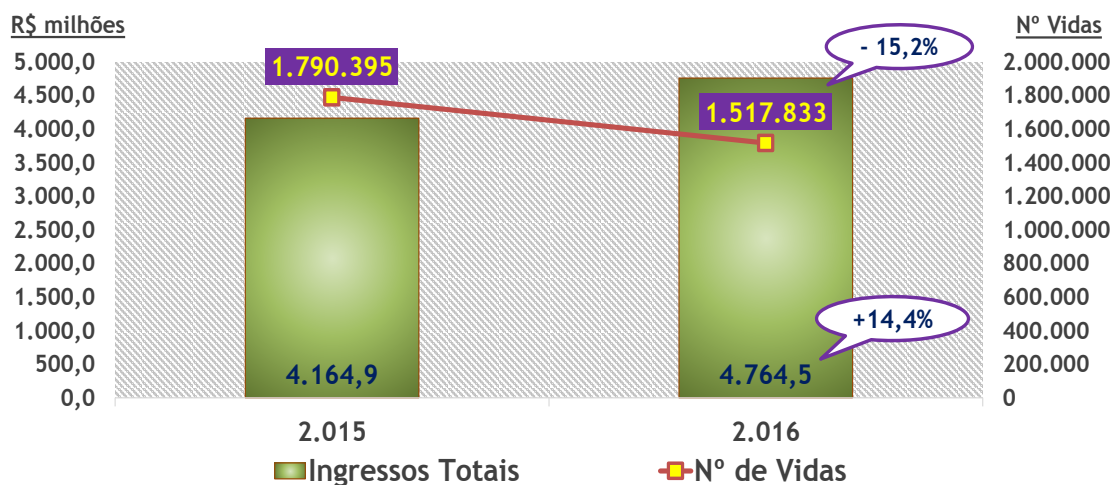
O fato acima é uma das características estruturais que resultam no aumento dos custos médico-hospitalares. A ele, somam-se a **incorporação tecnológica** (muitas vezes sem **uma análise de custo efetividade**) e a **inflação médica** (ao redor de **19,0% em 2016** - segundo o índice *Varição do Custo Médico-Hospitalar (VCMH)*, do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar - IESS) **que tem se mostrado bem superior à inflação oficial do país** (medida pelo **IPCA**, de **6,29% em 2016**, de acordo com o IBGE).

Com tudo isso, a **sinistralidade** das operadoras de planos médico-hospitalares atingiu **86,2% entre janeiro e setembro de 2016** (última informação disponibilizada pela ANS) em relação à receita de contraprestações, **contra 84,7% e 84,0% no mesmo período de 2015 e 2014**. Somadas as demais receitas/despesas operacionais, as operadoras encerraram os nove meses de 2016 com prejuízo operacional ao redor de R\$ 890 milhões (dados consolidados divulgados pela ANS, atualizados em 08/02/2017).

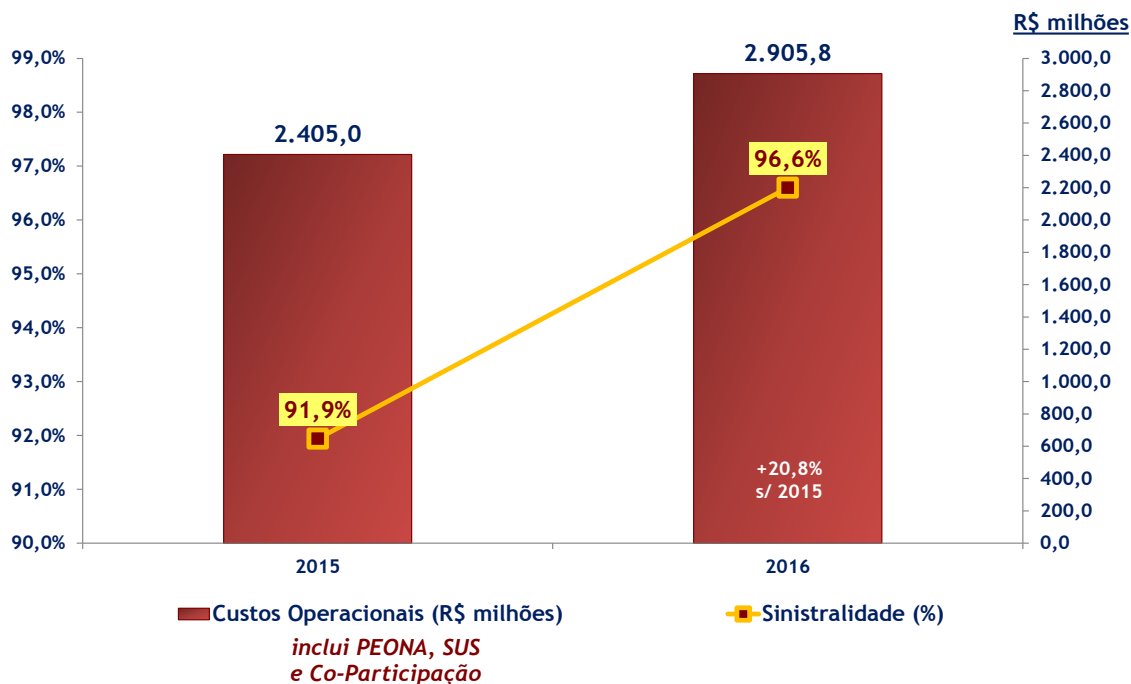
### **CNU - Desempenho Econômico-Financeiro**

Em **2016**, a carteira de clientes da Central Nacional Unimed sofreu redução aproximada de 15,2% em relação à situação observada ao final de 2015, fechando o ano com **1.517.833 beneficiários**, ou seja, uma **perda líquida** (considerando-se, também, a inclusão de novos clientes) **de 272.562 beneficiários**. Ressalte-se, porém, que uma parte dessa redução (cerca de 50%) se originou do saneamento da carteira, através do cancelamento de contratos com sinistralidade elevada, visando a melhora do desempenho operacional.

Dessa forma, em 2016 os **ingressos totais** totalizaram **R\$ 4.764,5 milhões** - compostos pelas contraprestações de planos de saúde e das receitas de intercâmbio e prestação de serviços. Do total, cerca de 92% se originaram das contraprestações de contratos em pré-pagamento da Matriz/SP (59,5%), dos contratos em Custo Operacional (18,8%) e das receitas de intercâmbio (13,5%). Em relação ao valor auferido em 2015, a CNU **ampliou seu faturamento em 14,4%**, apesar da redução do número de seus clientes (15,2%), o que propiciou à cooperativa **incremento do valor do ticket médio geral** - de R\$ 175,95 para R\$ 206,54, **mais 17,4%**, parte disso resultante do índice de reajuste aplicado aos contratos renegociados no decorrer do ano (mais 2,4 p.p. sobre o aplicado em 2015).

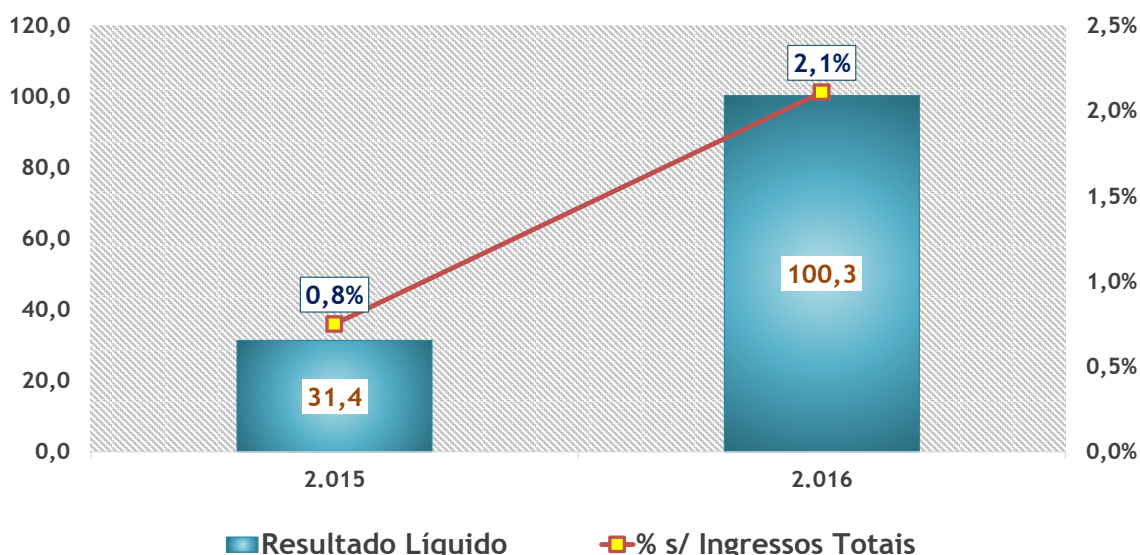


O desempenho dos contratos oriundos das portabilidades, prejudicou sobremaneira a operação global da CNU em 2016 - **os custos operacionais aumentaram 20,8%**, fazendo com que a **sinistralidade consolidada** da cooperativa apresentasse **aumento de 4,7 pontos percentuais**, passando de **91,9% em 2015 para 96,6% em 2016**, sendo que quase 3 pontos percentuais se referiam à sinistralidade dos contratos relativos à Portabilidade Unimed Paulistana. Dessa forma, este item se revelou como um dos principais fatos geradores do prejuízo operacional observado em 2016. Ressalte-se, porém, que o mesmo foi amenizado pela reversão de contingências tributárias, no montante de R\$ 47,7 milhões.



Por outro lado, a correta e adequada gestão dos recursos financeiros à disposição da cooperativa, possibilitou a obtenção de significativo resultado financeiro - **R\$ 124,4 milhões** - equivalente a 2,6% do faturamento e um montante **52,4% maior que o obtido em 2015** (R\$ 81,7 milhões). Cabe ressaltar que, do total da receita financeira auferida (de R\$ 127,2 milhões), 16,2%, ou R\$ 20,6 milhões, se refere à reversão da atualização de contingências tributárias anteriormente comentadas.

Apesar da conturbada situação política e econômica que se arrastou durante todo o ano de 2016 - que praticamente paralisou as atividades do país, como também da elevada sinistralidade registrada na cooperativa, esta conseguiu auferir **resultado final positivo** no valor de **R\$ 100,3 milhões** - equivalente a **2,1% do faturamento, montante 219,8% maior que o registrado no ano anterior** (R\$ 31,4 milhões, equivalente a 0,8% do faturamento).



Em função desse resultado, observou-se fortalecimento do Patrimônio Líquido, que alcançou a cifra de **R\$ 446,2 milhões** ao final de 2016 (R\$ 345,9 milhões no ano anterior), equivalentes a 33,1% do total recursos investidos - próprios e de terceiros. Tais valores deram sustentação ao incremento dos **Ativos** da cooperativa, que totalizaram **R\$ 1.347,2 milhões**, dos quais 52,5% equivalem às aplicações financeiras de curto e longo prazo e 25,4% a créditos de operações com planos de assistência à saúde. Ressalte-se que a maior parte das exigibilidades se refere às provisões técnicas, as quais têm sua contrapartida nas aplicações financeiras, adequadamente geridas pelos administradores da cooperativa.

Quanto à **Margem de Solvência**, com base no percentual de 33% da média dos últimos 36 meses de eventos incorridos, o montante necessário para dar sustentação ao incremento das atividades operacionais da CNU equivalia a **R\$ 810,2 milhões** ao final de 2016 - 14,9% acima do montante observado até dezembro/2015. Deste total, **R\$ 445,5 milhões já está constituído (55,0%)**, resultando na **suficiência de capital no valor de R\$ 18,6 milhões**.

De acordo com o preconizado na RN nº 209/2009, em seu Artigo 6º, Parágrafo 1º, as operadoras poderão substituir o percentual ponderador de 50% dos eventos em modalidade de preço pós-estabelecido pelo percentual de inadimplência médio verificado pela operadora nos 12 (doze) meses anteriores à data de sua apuração, limitados a 10%, no mínimo, desde que demonstrado e autorizado pela DIOPE. A CNU solicitou à ANS autorização para alterar a forma de cálculo de sua Margem de Solvência, conforme o estabelecido no Parágrafo 1º acima comentado, obtendo seu deferimento através do Ofício ANS nº 39/2017.

Além disso, em função da portabilidade da Unimed Paulistana e baseada no disposto na RN nº 384/2015, Capítulo II, Seção I, Artigo 4º, Item II, a CNU assinou Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta em 25 de setembro de 2015, que em seu Artigo 2º, Parágrafo 2.4, Item II, estabelece **“recalcular a necessidade de Margem de Solvência da operadora e estender seu diferimento em cinco anos, além do previsto na RN nº 209/2009”**.

As Garantias Financeiras, relativas às Provisões Técnicas, foram integralmente constituídas conforme o disposto na RN nº 209/2009, estando os Ativos Garantidores devidamente registrados nas Centrais de Custódia CETIP e SELIC, em conformidade com a RN 392/2015 e demais normas legais.

### ***Sustentabilidade e Responsabilidade Social***

A Central Nacional Unimed publica o Relatório de Gestão e Sustentabilidade pelo sétimo ano consecutivo. Nele é utilizada a metodologia GRI (*Global Reporting Initiative*), modelo de transparência que garante a prestação de contas para a sociedade, de forma clara e consistente, sobre sua governança corporativa e desempenho social, ambiental e econômico.

O material está disponível em [www.centralnacionalunimed.com.br/gri2016](http://www.centralnacionalunimed.com.br/gri2016)

### ***Governança Corporativa***

A estrutura de governança corporativa da Central Nacional Unimed é composta pela Assembleia Geral; Conselho Fiscal; Conselho Administrativo, Técnico e Operacional; Diretoria Executiva; Ouvidoria; Gestão de Riscos e demais comitês estratégicos.

- A Assembleia Geral constitui o mais alto grau de governança da organização;
- O Conselho Fiscal avalia e fiscaliza as contas da operadora;
- O Conselho Administrativo, Técnico e Operacional orienta e delibera as ações da organização;
- A Ouvidoria atua como segunda instância para acolhimento das manifestações dos beneficiários;
- A área de Riscos e Controles Internos realiza o gerenciamento dos riscos corporativos e da operação;



- Os comitês estratégicos auxiliam a organização na tomada de decisão.

Por ser uma cooperativa, a Central Nacional Unimed segue as boas práticas de mercado estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, tendo suas Demonstrações Financeiras e o Balanço Social avaliados por auditores externos independentes, bem como assegurando os direitos provenientes da Lei nº 5.764 - Política Nacional de Cooperativismo.

### ***Considerações Finais***

Ao longo da existência da Central Nacional Unimed, a Diretoria Executiva pautou sua administração baseada nos princípios cooperativistas, sem, contudo, deixar de convergir para a obtenção de resultados, visando fortalecer e perenizar o patrimônio da cooperativa e de suas associadas.

O segmento de planos de assistência médico-hospitalar como um todo, e esta cooperativa em especial, foram mercadologicamente bastante afetados nos dois últimos anos, por conta do ambiente conturbado que se instalou no país. Ainda assim, a Diretoria Executiva agiu de forma enérgica, no sentido de superar os obstáculos, conseguindo, ao final, atingir resultado suficiente para cumprir os compromissos assumidos perante seus clientes e prestadores de serviços, assim como realizar todas as exigências emanadas do órgão regulador de sua atividade - a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### ***Agradecimentos***

Agradecemos o empenho e o reconhecimento dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, das cooperativas associadas, a dedicação dos nossos colaboradores, o apoio recebido do órgão regulador e a confiança de nossos clientes e fornecedores em geral.

São Paulo, 15 de março de 2017.

A Diretoria Executiva



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

[www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e às Cooperadas

**Central Nacional Unimed - Cooperativa Central**

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

## Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Ativo circulante</b>		<u>1.089.840</u>	<u>999.768</u>	<b>Passivo circulante</b>		<u>856.726</u>	<u>821.446</u>
<b>Disponível</b>	<b>3b</b>	<u>268</u>	<u>14.370</u>	<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>3i/10</b>	<u>719.053</u>	<u>627.643</u>
<b>Realizável</b>		1.089.572	985.398	Provisões de contraprestações		<u>105.840</u>	<u>88.997</u>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>3c/4</b>	<u>600.618</u>	<u>553.635</u>	Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	<b>3i</b>	<u>103.042</u>	<u>86.317</u>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	<b>4</b>	<u>513.618</u>	<u>442.411</u>	Provisão para remissão	<b>3i</b>	<u>2.798</u>	<u>2.680</u>
Aplicações livres	<b>4</b>	<u>87.000</u>	<u>111.224</u>	Provisão de eventos a liquidar para o SUS		<u>80.089</u>	<u>58.402</u>
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>		<u>342.762</u>	<u>268.662</u>	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	<b>10b</b>	<u>205.445</u>	<u>164.771</u>
Contraprestação pecuniária a receber	<b>5</b>	<u>212.768</u>	<u>174.206</u>	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	<b>10a</b>	<u>327.679</u>	<u>315.473</u>
Operadoras de planos de assistência à saúde	<b>5</b>	<u>5.104</u>	<u>-</u>	<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>		<u>19.706</u>	<u>22.429</u>
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	<b>5</b>	<u>124.890</u>	<u>94.456</u>	Contraprestações a restituir		<u>16</u>	<u>16</u>
<b>Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora</b>	<b>6</b>	<u>108.642</u>	<u>98.606</u>	Receita antecipada de contraprestações	<b>11a</b>	<u>19.611</u>	<u>17.116</u>
<b>Despesas diferidas</b>		<u>9.184</u>	<u>14.172</u>	Comercialização sobre operações	<b>11b</b>	<u>45</u>	<u>5.226</u>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>7</b>	<u>24.662</u>	<u>46.594</u>	Operadoras de planos de assistência à saúde	<b>11c</b>	<u>34</u>	<u>71</u>
<b>Bens e títulos a receber</b>		<u>3.272</u>	<u>3.376</u>	<b>Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora</b>	<b>12</b>	<u>66.285</u>	<u>45.828</u>
<b>Despesas antecipadas</b>		<u>432</u>	<u>353</u>	<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>13</b>	<u>26.297</u>	<u>88.308</u>
<b>Ativo não circulante</b>		<u>257.365</u>	<u>214.197</u>	<b>Débitos diversos</b>	<b>14</b>	<u>25.045</u>	<u>26.056</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<u>189.919</u>	<u>149.334</u>	<b>Conta corrente de cooperados</b>		<u>340</u>	<u>11.182</u>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>3c/4</b>	<u>107.102</u>	<u>113.016</u>	<b>Passivo não circulante</b>		<u>44.297</u>	<u>46.641</u>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	<b>4</b>	<u>103.445</u>	<u>105.840</u>	<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>3i/10</b>	<u>21.135</u>	<u>7.296</u>
Aplicações livres	<b>4</b>	<u>3.657</u>	<u>7.176</u>	Provisão para remissão		<u>4.307</u>	<u>4.420</u>
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>7</b>	<u>22.309</u>	<u>17.595</u>	Provisão de eventos a liquidar para o SUS		<u>16.828</u>	<u>2.876</u>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<u>21.255</u>	<u>643</u>	<b>Provisões</b>		<u>23.162</u>	<u>39.345</u>
<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	<b>15</b>	<u>39.253</u>	<u>18.080</u>	Provisões para ações judiciais	<b>3j/15</b>	<u>23.162</u>	<u>39.345</u>
<b>Investimentos</b>	<b>3b/8</b>	<u>29.238</u>	<u>21.352</u>	<b>Patrimônio líquido</b>		<u>446.182</u>	<u>345.878</u>
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		<u>28.127</u>	<u>20.712</u>	<b>Capital social</b>	<b>16a</b>	<u>107.158</u>	<u>107.170</u>
Outros investimentos		<u>1.111</u>	<u>640</u>	<b>Reservas</b>	<b>16b</b>	<u>257.158</u>	<u>212.532</u>
<b>Imobilizado</b>	<b>3g/9</b>	<u>38.208</u>	<u>43.511</u>	Reservas de sobras		<u>257.158</u>	<u>212.532</u>
<b>Imóveis de uso próprio</b>		<u>22.541</u>	<u>23.222</u>	<b>Sobras à disposição da AGO</b>	<b>16c</b>	<u>81.866</u>	<u>26.176</u>
Imóveis - não hospitalares		<u>22.541</u>	<u>23.222</u>				
<b>Imobilizado de uso próprio</b>		<u>14.764</u>	<u>19.151</u>				
Não hospitalares		<u>14.764</u>	<u>19.151</u>				
<b>Outras imobilizações</b>		<u>903</u>	<u>1.138</u>				
<b>Total do ativo</b>		<u>1.347.205</u>	<u>1.213.965</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>1.347.205</u>	<u>1.213.965</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

### Demonstrações de resultados (sobras e perdas)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
<b>Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde</b>		<b>3.922.426</b>	<b>3.291.379</b>
Receitas com operações de assistência à saúde		3.931.467	3.339.871
Contraprestações Líquidas	3a/18a	3.931.472	3.342.138
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3i	(5)	(2.267)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	18b	(9.041)	(48.492)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>		<b>(3.653.325)</b>	<b>(3.022.827)</b>
Eventos conhecidos ou avisados	18c	(3.641.119)	(2.963.442)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	3i/18c	(12.206)	(59.385)
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>269.101</b>	<b>268.552</b>
<b>Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde</b>		<b>26.450</b>	<b>5.578</b>
<b>Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	18d	<b>725.126</b>	<b>641.306</b>
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		673.038	630.608
Outras receitas operacionais		52.088	10.698
<b>Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde</b>	18e	<b>(38.011)</b>	<b>(70.975)</b>
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(21.835)	(44.399)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(2.738)	(623)
Provisão para perdas sobre créditos		(13.438)	(25.953)
<b>Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	18f	<b>(603.047)</b>	<b>(550.276)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>379.619</b>	<b>294.185</b>
<b>Despesas de comercialização</b>	11b	<b>(120.493)</b>	<b>(105.564)</b>
<b>Despesas administrativas</b>	18g	<b>(282.432)</b>	<b>(234.408)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	18h	<b>124.431</b>	<b>81.657</b>
Receitas financeiras		127.221	90.337
Despesas financeiras		(2.790)	(8.680)
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>4.570</b>	<b>565</b>
Receitas patrimoniais		4.757	604
Despesas patrimoniais		(187)	(39)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>105.695</b>	<b>36.435</b>
Imposto de renda	3k/18i	-	-
Contribuição social	3k/18i	-	-
Participações no resultado		(5.379)	(5.067)
<b>Sobra líquida do exercício</b>		<b>100.316</b>	<b>31.368</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2016	2015
<b>Sobra líquida do exercício</b>		<b><u>100.316</u></b>	<b><u>31.368</u></b>
Ajuste nos ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	4	-	-
Ajuste nos tributos diferidos sobre ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários		-	-
<b>Resultado abrangente</b>		<b><u>100.316</u></b>	<b><u>31.368</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social		Reservas			Ajustes de avaliação patrimonial	Sobras à disposição da AGO		Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal	RATES	Outras reservas	Ganhos não realizados com TVM	Atos cooperativos	Atos não cooperativos	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>90.026</u>	<u>(22)</u>	<u>131.161</u>	<u>25.901</u>	<u>33.116</u>	-	<u>34.325</u>	-	<u>314.507</u>
Destinação das sobras do exercício anterior conforme AGO de 20 de março de 2014:									
Aumento de capital	17.163	-	-	-	-	-	(17.163)	-	-
Aumento de reserva	-	-	17.162	-	-	-	(17.162)	-	-
Movimentações de capital:									
Aumento de capital	3	(3)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Retirada de cooperada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	-	224.567	(193.199)	31.368
Destinação:									
Absorção pelas sobras de atos cooperativos	-	-	-	-	-	-	(193.771)	193.771	-
Para a reserva legal	-	-	3.081	-	-	-	(3.081)	-	-
Para a RATES	-	-	-	2.111	-	-	-	(572)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>107.192</u>	<u>(22)</u>	<u>151.404</u>	<u>28.012</u>	<u>33.116</u>	-	<u>26.176</u>	-	<u>345.878</u>
Destinação das sobras do exercício anterior conforme AGO de 30 de março de 2016:									
Aumento de reserva	<b>16c</b>	-	-	-	26.176	-	(26.176)	-	-
Movimentações de capital:									
Aumento de capital	<b>16a</b>	3	(3)	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	<b>16a</b>	-	3	-	-	-	-	-	3
Retirada de cooperada	<b>16a</b>	(15)	-	-	-	-	-	-	(15)
Sobra líquida do exercício	<b>19</b>	-	-	-	-	-	343.717	(243.401)	100.316
Destinação:									
Absorção pelas sobras de atos cooperativos	-	-	-	-	-	-	(247.404)	247.404	-
Para a reserva legal	<b>16b</b>	-	9.631	-	-	-	(9.631)	-	-
Para a RATES	<b>16b</b>	-	-	8.819	-	-	-	(4.003)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>107.180</u>	<u>(22)</u>	<u>161.035</u>	<u>36.831</u>	<u>59.292</u>	-	<u>81.866</u>	-	<u>446.182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

## Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Sobras líquidas do período</b>	<b>100.316</b>	<b>31.368</b>
Ajustes para reconciliação das sobras líquidas		
(+) (-) Contraprestações a faturar	(45.382)	39.490
(-) Equivalência patrimonial	(4.003)	(572)
(-) Ganhos com investimentos	(505)	(34)
(+) Provisão para perdas sobre créditos	13.438	25.953
(+) Resultado dos ativos imobilizados baixados	192	11
(+) Depreciação e amortização	6.178	5.334
(+) Variação das provisões técnicas	47.850	81.484
(+) Variação das despesas diferidas	4.988	23.970
(+) Variação das provisões para contingências	(15.505)	2.760
<b>Sobras líquidas ajustadas</b>	<b>107.567</b>	<b>209.764</b>
<b>(Acréscimo) / Decréscimo de ativos</b>		
Aplicações financeiras - curto prazo	(46.983)	(60.834)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(50.101)	(61.573)
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	8.363	(30.256)
Outros valores e bens - curto prazo	21.679	(43.162)
Aplicações financeiras - longo prazo	5.914	(15.043)
Outros valores e bens - longo prazo	(56.953)	(24.778)
<b>Total das variações ativas</b>	<b>(118.081)</b>	<b>(235.646)</b>
<b>Acréscimo / (Décrécimo) de passivos</b>		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	57.399	20.023
Débitos de operações de assistência à saúde	(2.723)	320
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	20.457	(16.562)
Tributos	(62.011)	39.843
Outros débitos	(11.853)	14.799
Provisões - longo prazo	(678)	(3.654)
<b>Total das variações passivas</b>	<b>591</b>	<b>54.769</b>
<b>Pagamento de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>(5.846)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(9.923)</b>	<b>23.041</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de investimento	(3.378)	(1.349)
Aquisição de bens do imobilizado	(1.067)	(12.877)
Alienação do imobilizado	278	-
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(4.167)</b>	<b>(14.226)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Integralização/(Baixa) de capital social	(12)	3
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(12)</b>	<b>3</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(14.102)</b>	<b>8.818</b>
<b>Caixa - saldo inicial</b>	<b>14.370</b>	<b>5.552</b>
<b>Caixa - saldo final</b>	<b>268</b>	<b>14.370</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (“Central Nacional Unimed” ou “Operadora”) é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, situada em São Paulo na Alameda Santos, nº 1827 - 3º andar, constituída e regida de acordo com a legislação específica das sociedades cooperativistas. Tem por objetivos principais a operação de planos privados de assistência à saúde, a instituição de uma câmara de compensação nacional e a orientação para a criação, o desenvolvimento e a interação de um sistema cooperativo de operadoras de planos privados de assistência à saúde, em todo o território nacional. A Operadora possui 327 cooperadas em 31 de dezembro de 2016.

### 2 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, a Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71), assim como aspectos relacionados à Lei 6.404/76 e à Lei 11.638/07.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN nº 390/15, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou as Resoluções nº 944/02, 958/03 e 959/03 que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das demonstrações financeiras. Ademais, essas resoluções estabelecem as informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas para as Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, além de disporem sobre o tratamento contábil decorrente de atos cooperativos e atos não cooperativos, que foram denominados ingressos/dispêndios e receitas/custos/despesas e consolidam o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura da demonstração de resultados, que passou a ser denominada demonstração de sobras e perdas. As informações adaptadas aos padrões de apresentação preconizados pelo CFC estão apresentadas na Nota Explicativa nº 19.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 15 de março de 2017.

#### 2.1. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

## 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se no próximo período contábil:

- Nota 3c e 4 - Aplicações financeiras
- Nota 3e - Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde
- Nota 7 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 3i e 10 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
- Nota 3j e 15 - Provisões judiciais

## 3 Principais políticas contábeis

### a. Apuração das sobras ou perdas

O regime de apuração de sobras e perdas é o de competência. As receitas com contraprestações de contratos com preços pré-estabelecidos foram apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - “pró-rata” dia do período de cobertura de cada contrato, a partir de seu primeiro dia de vigência.

As receitas com contratos firmados na modalidade “pós-estabelecido”, correspondente ao ressarcimento dos eventos já comunicados, são reconhecidas no mês em que os custos foram avisados, a crédito da conta “Contraprestações Líquidas”. Quando da emissão da fatura, o registro é revertido e o valor total faturado, incluindo a taxa de administração, é reconhecido como receita de contraprestações de operações de assistência à saúde.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos no momento em que são avisados pelas cooperativas Unimed (intercâmbio) e pelos prestadores de serviços assistenciais.

As despesas diferidas referem-se a agenciamentos e são registradas quando incorridas e apropriadas ao resultado no prazo de 12 meses. As comissões mensais incidentes sobre as contraprestações emitidas são registradas como despesas do período.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

**b. Caixa e equivalente de caixa**

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica “Disponível”.

**c. Aplicações financeiras**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:

- **Valor justo por meio do resultado:** um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** são ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias destacadas. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo valor investido, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- **Empréstimos e recebíveis:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Operadora compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde).

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pelas vendas de planos de saúde coletivos e individuais.

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou PCNG (passivo circulante), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

**Valor justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do

balanço.

Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) Títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); (II) Os certificados de depósitos bancários, os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE), as debêntures e as letras financeiras são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam do valor justo.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

**d. Avaliação do valor recuperável dos ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas do CPC 01(R1).

**e. Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde**

A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber foi constituída a partir da avaliação das bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, sendo o montante considerado suficiente pela Administração.

**f. Investimentos**

Os investimentos representados por participações em sociedades coligadas nos quais há influência significativa nas deliberações da Administração são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**g. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment*, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado. Imóvel adquirido em 2011 tem vida útil estimada de 32,5 anos, imóvel adquirido em 2014 tem vida útil estimada de 47,5 anos e os demais imóveis, 31 anos; móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos, de 5 anos.

**h. Impairment de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros da Operadora são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

**i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

A provisão para contribuições não ganhas (PCNG) corresponde ao rateio diário - “pró-rata” dia das contribuições a decorrer, relativamente ao período de cobertura do risco. Os valores constituídos são apropriados ao resultado no último dia do mês, cuja vigência tenha iniciado.

A Provisão de eventos a liquidar para o SUS abrange os ressarcimentos ao SUS que são notificados à Operadora e ainda não cobrados pela ANS, multiplicados pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABIs emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência. Abrange também o valor total cobrado e não pago pela Operadora, relativo a débitos inscritos em Dívida Ativa ou não, atualizados com multa, juros e encargos legais até o último dia útil do mês de referência. Os valores de ressarcimento ao SUS a serem registrados são disponibilizados mensalmente na página da ANS na Internet.

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados pelas Cooperativas Unimed e prestadores de serviços até a data do encerramento do exercício.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços de saúde. A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como “triângulos de run-off”, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, líquidos de glosas, observado o período de 24 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão para remissão é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, utilizando-se como metodologia o “Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura”.

**j. Ativos e passivos contingentes (Provisões)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas, exceto pelas contingências relacionadas a eventos, são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável e reconhecidos no balanço apenas quando transitado em julgado.

Passivos contingentes - são constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes fiscais e trabalhistas classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas; os passivos contingentes cíveis classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas e reconhecidos contabilmente pelo percentual histórico de perdas efetivas e os classificados como perda remota não são divulgados.

**k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - atos não cooperativos**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que excede a R\$ 240 ao ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado positivo dos atos não cooperativos, adicionado da totalidade das receitas de aplicações financeiras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

**l. Benefícios aos empregados**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Operadora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**m. Gerenciamento de riscos**

A Gerência de Riscos e Controle Interno tem como responsabilidade acompanhar, monitorar e controlar os riscos, bem como identificar as oportunidades que afetam diretamente as operações da Central Nacional Unimed.

O gerenciamento de risco é um processo que envolve todos os níveis da Central Nacional Unimed, considerando o estabelecimento de estratégias, a identificação de eventos em potencial que podem afetá-las, bem como a administração dos riscos de modo a mantê-los compatíveis ao apetite a risco da Operadora.

A comunicação com a Organização é realizada por meio de políticas e procedimentos, os quais são disponibilizados aos funcionários na intranet da Central Nacional Unimed.

## ***Risco de mercado***

### *Definição*

Risco de Mercado é a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (commodities), entre outras.

### *Tratamento*

O risco de mercado é monitorado de forma periódica pela Central Nacional Unimed, através de comitês para controle e deliberações em relação aos resultados, ao cenário político-econômico e ao atendimento da política de investimentos estabelecida pela Operadora, que define níveis mínimos de investimentos em cada instituição financeira, bem como os controles necessários para obtenção de maior segurança nos investimentos e transparência na gestão dos recursos disponíveis.

## ***Risco operacional***

### *Definição*

Risco operacional é definido como possível evento cuja ocorrência acarrete ou possa acarretar em falha ou demora em processos internos (procedimento/pessoal/TI) gerando insatisfação ou perda de clientes e/ou de informações.

### *Tratamento*

O processo de gestão qualitativa dos riscos é conduzido pela Gerência de Riscos e Controle Interno e está estruturado da seguinte forma:

- (i) Mapeamento dos riscos**  
A identificação dos riscos é efetuada pela Gerência de Riscos e Controle Interno e validada pelos gestores responsáveis e Alta Administração.
- (ii) Classificação dos riscos**  
Os riscos identificados na fase do mapeamento são alocados em uma categoria, de acordo com os critérios de classificação previamente acordados e validados pela Administração.
- (iii) Avaliação dos riscos**  
A avaliação dos riscos permite que a Administração considere até que ponto os eventos elencados na fase de identificação de riscos podem impactar a realização dos objetivos. Para avaliar os riscos identificados e classificados, utilizam-se as métricas de impacto e probabilidade, as quais foram desenvolvidas tendo como base as informações financeiras da Central Nacional Unimed.
- (iv) Avaliação dos controles**  
A Gerência de Riscos e Controle Interno é responsável pela avaliação dos controles associados aos riscos, os quais são efetuados com base em critérios qualitativos.
- (v) Estabelecimento de planos de ação**  
São estabelecidos planos de ação para os casos onde seja identificada a ausência ou insuficiência de controles e/ou riscos representativos não aceitos pelo comitê de riscos. Estes



planos de ação contemplam a ação a ser implementada, o responsável pela implementação e a data de conclusão. A Gerência de Riscos e Controle Interno é responsável pelo monitoramento dos planos de ação e reporte para todas as partes interessadas.

**(vi) Concentração de riscos**

A carteira está pulverizada em diversos estados da federação, conforme apresentado abaixo:

**Distribuição de contraprestações líquidas - por região geográfica**

<b>2016</b>												
<b>Modalidade</b>	<b>Centro Oeste</b>		<b>Nordeste</b>		<b>Norte</b>		<b>Sudeste</b>		<b>Sul</b>		<b>Total geral</b>	
Pré-estabelecido	154.142	5,11%	291.435	9,65%	62.812	2,08%	2.309.233	76,46%	202.384	6,70%	3.020.006	76,82%
Pós-estabelecido	59.281	6,50%	63.295	6,95%	12.050	1,32%	496.725	54,50%	280.115	30,73%	911.466	23,18%
<b>Total geral</b>	<b>213.423</b>	<b>5,43%</b>	<b>354.730</b>	<b>9,02%</b>	<b>74.862</b>	<b>1,91%</b>	<b>2.805.958</b>	<b>71,37%</b>	<b>482.499</b>	<b>12,27%</b>	<b>3.931.472</b>	<b>100,0%</b>

<b>2015</b>												
<b>Modalidade</b>	<b>Centro Oeste</b>		<b>Nordeste</b>		<b>Norte</b>		<b>Sudeste</b>		<b>Sul</b>		<b>Total geral</b>	
Pré-estabelecido	124.998	4,79%	299.886	11,49%	66.049	2,53%	1.931.220	73,98%	188.331	7,21%	2.610.484	78,11%
Pós-estabelecido	55.268	7,55%	33.527	4,58%	3.382	0,46%	370.910	50,70%	268.567	36,71%	731.654	21,89%
<b>Total geral</b>	<b>180.266</b>	<b>5,39%</b>	<b>333.413</b>	<b>9,98%</b>	<b>69.431</b>	<b>2,08%</b>	<b>2.302.130</b>	<b>68,88%</b>	<b>456.898</b>	<b>13,67%</b>	<b>3.342.138</b>	<b>100,0%</b>

**Risco de crédito**

*Definição*

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras.

*Tratamento*

O gerenciamento do risco de crédito visa atender aos padrões, políticas e procedimentos específicos que incluem o monitoramento da exposição em ativos de risco de crédito com relação às contrapartes. As análises dessas instituições são realizadas por agências de classificação de riscos de crédito que operam no país, e também através de reuniões com os analistas da agência dos nossos consultores, para acompanhamento das instituições financeiras do portfólio da Operadora.

Adicionalmente, o risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados devido a inadimplimento de clientes é minimizado por meio de diversificação da carteira e avaliação periódica do risco de crédito de clientes com base em sua situação financeira, por meio de informações disponibilizadas por empresas especializadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira de aplicações da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

<b>Nota</b>	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Part. %</b>	<b>Valor (R\$ mil)</b>	<b>Part. %</b>
AAA	68.276	9,65%	205.463	30,82%
AA	486.457	68,74%	94.596	14,19%

*Central Nacional Unimed - Cooperativa Central*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2016 e 2015*

A	14.253	2,01%	32.265	4,84%
BBB	10	0,00%	9.423	1,42%
BB	5.834	0,82%	52.618	7,89%
B	10.951	1,55%	188.544	28,28%
<b>Subtotal</b>	<b>585.781</b>	<b>82,77%</b>	<b>582.909</b>	<b>87,44%</b>
Risco soberano (letras financeiras do tesouro)	121.750	17,20%	83.615	12,54%
Sem classificação (*)	189	0,03%	127	0,02%
<b>Subtotal</b>	<b>121.939</b>	<b>17,23%</b>	<b>83.742</b>	<b>12,56%</b>
<b>Exposição ao risco de crédito de aplicações financeiras</b>	<b>707.720</b>	<b>100,00%</b>	<b>666.651</b>	<b>100,00%</b>
<b>Contraprestações e intercâmbio a receber</b>	<b>451.404</b>		<b>367.268</b>	
<b>Total de exposição ao risco de crédito</b>	<b>1.159.124</b>		<b>1.033.919</b>	

(\*) Refere-se a títulos de capitalização.

### ***Risco legal***

#### *Definição*

O Risco Legal está relacionado a possível evento cuja ocorrência represente ou possa representar práticas incoerentes com normativos estabelecidos (internos ou externos), boas normas de conduta, princípios de governança, ética, bem como favoreça ou possa favorecer eventos de fraudes.

#### *Tratamento*

A Operadora, através da área Jurídica, acompanha a realização e formatação dos contratos firmados bem como a revisão e atualização periódica da documentação. Adicionalmente, por meio das áreas Jurídica e Riscos, acompanha permanentemente as mudanças relacionadas à legislação.

### ***Risco de liquidez***

#### *Definição*

Risco de liquidez está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

#### *Tratamento*

A Operadora mantém uma política de investimento atualizada, para tomada de decisões. Nessa política estão definidos os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos. A ferramenta de apoio utilizada para manter a liquidez fica condicionada a projeção do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos, sendo utilizado modelo de comparação histórica entre os ciclos operacionais realizados num período mínimo de 90 dias.

### ***Aplicações***

<b>Liquidez</b>	<b>2016</b>	<b>% Carteira</b>	<b>2015</b>	<b>% Carteira</b>
-----------------	-------------	-------------------	-------------	-------------------

**Central Nacional Unimed - Cooperativa Central**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2016 e 2015**

Imediata	445.963	63,01%	391.112	58,67%
De 1 a 30 dias	27.481	3,88%	21.161	3,17%
De 31 a 120 dias	2.307	0,33%	33.653	5,05%
De 121 a 240 dias	32.049	4,53%	97.500	14,63%
De 241 a 360 dias	62.902	8,89%	2.604	0,39%
Acima de 360 dias	137.018	19,36%	120.621	18,09%
<b>Total</b>	<b>707.720</b>	<b>100,00%</b>	<b>666.651</b>	<b>100,00%</b>

**Casamento de ativos e passivos (ALM)**

	Sem vencimento definido	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 6 anos	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Disponível	268	-	-	-	-	268
Aplicações financeiras	445.963	-	-	124.739	137.018	707.720
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	3.801	37.381	301.580	-	342.762
Créditos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da Operadora	-	-	46.552	62.090	-	108.642
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	24.662	22.309	46.971
Depósitos judiciais e fiscais	39.253	-	-	-	-	39.253
Despesas diferidas	-	-	-	9.184	-	9.184
Bens e títulos a receber	-	-	-	3.704	21.255	24.959
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>485.484</b>	<b>3.801</b>	<b>83.933</b>	<b>525.959</b>	<b>180.582</b>	<b>1.279.759</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	327.679	48.039	53.691	289.644	21.135	740.188
Contraprestações a restituir	-	10	6	-	-	16
Receita antecipada de contraprestações	-	-	-	19.611	-	19.611
Comercialização sobre operações	-	-	-	45	-	45
Operadoras de planos de assist. saúde	-	-	-	34	-	34
Débitos de oper. assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora	-	16	7.301	58.968	-	66.285
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	26.297	-	26.297
Outros débitos	-	-	-	25.385	-	25.385
Provisões - longo prazo	23.162	-	-	-	-	23.162
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>350.841</b>	<b>48.065</b>	<b>60.998</b>	<b>419.984</b>	<b>21.135</b>	<b>901.023</b>

**Risco de subscrição**

**Definição**

Risco de Subscrição está relacionado à possibilidade de ocorrência de um evento que acarrete ou possa acarretar em uma situação econômica contrária quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas, bem como a probabilidade dos eventos a serem pagos pela Operadora de Planos de Saúde, em um período futuro, ser maior que o montante de contraprestações a ser recebido.

**Tratamento**

A Operadora precifica de forma estimada a projeção de eventos no futuro, tendo como base os históricos das operações. Utiliza-se como incremento aos valores apurados as devidas correções monetárias, os impactos legislativos (novas edições do Rol de Procedimentos publicados pela ANS), o impacto nos custos devido aos reajustes nos honorários médicos e uma inflação médica dos insumos hospitalares (diárias, taxa de sala, taxa de equipamentos, material, medicamentos, etc.), além de levar em consideração a distribuição etária, sexo, grau de dependência e região geográfica da população cotada.

Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.

O teste de sensibilidade abaixo apresenta impacto no resultado e no patrimônio líquido em função de uma variação nos eventos de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

	Contraprestações líquidas	Índice de sinistralidade	Eventos	+5p.p.	Teste de sensibilidade - Impacto no resultado e no patrimônio líquido				
					Impacto		Impacto		Impacto
					R\$	DRE	-5p.p.	R\$	
2016	2016								
Pré-estabelecido	3.020.006	96,43%	(2.912.297)	101,43%	(3.063.297)	(151.000)	91,43%	(2.761.297)	151.000
<b>Total</b>	<b>3.020.006</b>	<b>96,43%</b>	<b>(2.912.297)</b>	<b>101,43%</b>	<b>(3.063.297)</b>	<b>(151.000)</b>	<b>91,43%</b>	<b>(2.761.297)</b>	<b>151.000</b>
<b>Impacto no Patrimônio Líquido (*)</b>						<b>(139.772)</b>			<b>135.259</b>

(\*) Para a apuração do imposto de renda sobre o patrimônio líquido considerou-se a incidência de imposto à alíquota de 34% sobre a parcela dos atos não cooperativos (30,66%).

Eventual aumento ou diminuição nos eventos relativos aos planos pós-estabelecidos são refletidos também nas contraprestações, de forma a compensar tal oscilação. Desta forma, não sensibilizamos este item para efeito de divulgação. Em 2016 o total de contraprestações com preço pós-estabelecido foi de R\$ 911.466 e o total de eventos foi de R\$ 728.822.

## **n. Novas normas ainda não adotadas**

### **IFRS 9 - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

### **IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018.

## 4 Aplicações financeiras

	Nível de hierarquia do valor justo	Ativo circulante	Ativo não circulante	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Custo Atualizado	Ganhos/(Perdas) não Realizados	2016	2015
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>									
Quotas de fundos de investimentos	2	445.963	-	445.963	445.963	445.963	-	445.963	391.112
Quotas de fundos de investimentos (*)	2	-	108	108	108	108	-	108	106
Depósitos bancários a prazo (CDB)	2	19.350	-	19.350	19.350	19.440	(90)	19.350	52.588
Depósitos bancários a prazo (CDB) (*)	2	-	355	355	355	359	(4)	355	338
Operações compromissadas - Debêntures (**)	2	66.985	-	66.985	66.985	66.985	-	66.985	66.698
Operações compromissadas - Debêntures (*)	2	-	2.644	2.644	2.644	2.644	-	2.644	327
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	27.786	-	27.786	27.786	28.195	(409)	27.786	-
		<b>560.084</b>	<b>3.107</b>	<b>563.191</b>	<b>563.191</b>	<b>563.694</b>	<b>(503)</b>	<b>563.191</b>	<b>511.169</b>
<b>Disponíveis para venda:</b>									
Depósitos a prazo c/ garantia especial (DPGE)	2	-	5.261	5.261	5.261	5.366	(105)	5.261	30.062
Outros	2	-	200	200	200	200	-	200	197
		-	<b>5.461</b>	<b>5.461</b>	<b>5.461</b>	<b>5.566</b>	<b>(105)</b>	<b>5.461</b>	<b>30.259</b>
<b>Mantidos até o vencimento:</b>									
Depósitos bancários a prazo (CDB) (*)	2	-	67	67	68	67	-	67	63
Depósitos a prazo c/ garantia especial (DPGE)	2	25.017	7.561	32.578	33.420	32.578	-	32.578	35.424
Operações compromissadas - Debêntures (*)	2	-	283	283	283	283	-	283	-
Letras Financeiras	2	6.870	5.306	12.176	12.471	12.176	-	12.176	6.121
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	8.647	85.317	93.964	98.298	93.964	-	93.964	83.615
		<b>40.534</b>	<b>98.534</b>	<b>139.068</b>	<b>144.540</b>	<b>139.068</b>	-	<b>139.068</b>	<b>125.223</b>
<b>Total das aplicações</b>		<b>600.618</b>	<b>107.102</b>	<b>707.720</b>	<b>713.192</b>	<b>708.328</b>	-	<b>707.720</b>	<b>666.651</b>

(\*) Valores bloqueados em garantia de processos judiciais.

(\*\*) As compromissadas possuem cláusula com compromisso de recompra que garante liquidez imediata.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento.

A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### **Garantia das provisões técnicas**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativos garantidores</b>		
Títulos de renda fixa - privados	495.312	464.636
Títulos de renda fixa - públicos	121.751	83.615
Depósitos judiciais - eventos	17.199	371
<b>Total</b>	<b>634.262</b>	<b>548.622</b>
<b>Provisões técnicas</b>		
Provisão para remissão	7.105	7.100
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	327.679	315.473
Provisão de eventos a liquidar e Provisão SUS	299.478	226.049
<b>Total</b>	<b>634.262</b>	<b>548.622</b>

### **Movimentação das aplicações financeiras**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>666.651</b>	<b>590.774</b>
Aplicações	1.638.148	1.885.889
Resgates	(1.674.640)	(1.878.536)
Rendimento (nota 18h)	93.257	82.341
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(15.696)	(13.817)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>707.720</b>	<b>666.651</b>

## **5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde**

**Central Nacional Unimed - Cooperativa Central**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2016 e 2015*

	2016	2015
Faturas a receber das contraprestações dos planos de assistência a saúde	224.326	184.570
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(11.558)	(10.364)
<b>Subtotal</b>	<b>212.768</b>	<b>174.206</b>
Participação dos beneficiários em eventos (*)	22.900	18.024
<b>Subtotal</b>	<b>22.900</b>	<b>18.024</b>
Operadoras de planos de assistência à saúde	5.104	-
<b>Subtotal</b>	<b>5.104</b>	<b>-</b>
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	141	223
Contraprestações a faturar (**)	101.849	76.209
<b>Subtotal</b>	<b>101.990</b>	<b>76.432</b>
<b>Total</b>	<b>342.762</b>	<b>268.662</b>

(\*) Participação dos beneficiários em eventos - Refere-se a valor a receber de contratantes por coparticipação.

(\*\*) Contraprestações a faturar - Referem-se aos gastos incorridos com a utilização dos planos de assistência à saúde dos contratos da modalidade de preço "pós-estabelecidos" já avisados, mas cujo valor ainda não foi faturado às empresas contratantes. A provisão desses valores possibilita o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas conforme critério descrito na Nota Explicativa nº 3a.

#### **a. Movimentação**

	2016	2015
<b>Contraprestações dos planos de assistência à saúde pendentes no início do exercício</b>	<b>184.570</b>	<b>136.270</b>
Contraprestações emitidas	3.956.331	3.389.285
Recebimentos	(3.866.465)	(3.297.492)
Transferência para cobrança judicial	(10.456)	(12.507)
Baixas por cancelamentos	(21.870)	(22.297)
Tributos retidos na fonte	(17.784)	(8.689)
<b>Contraprestações dos planos de assistência à saúde pendentes no final do exercício</b>	<b>224.326</b>	<b>184.570</b>
<b>Provisão para perdas sobre créditos no início do exercício</b>	<b>(10.364)</b>	<b>(3.471)</b>
Constituição	(25.409)	(7.812)
Reversão	24.215	919
<b>Provisão para perdas sobre créditos no final do exercício</b>	<b>(11.558)</b>	<b>(10.364)</b>
<b>Total</b>	<b>212.768</b>	<b>174.206</b>

#### **b. Idade dos saldos**

**Créditos com operações com planos de saúde**

	2016	2015
A vencer	301.580	224.774
Vencidos de 1 a 30 dias	15.786	24.384
Vencidos de 31 a 60 dias	6.784	6.549
Vencidos de 61 a 90 dias	2.078	4.958
Vencidos há mais de 90 dias	28.721	18.542
<b>Subtotal</b>	<b>354.949</b>	<b>279.207</b>
Provisão para perdas sobre créditos	(12.187)	(10.545)
<b>Total</b>	<b>342.762</b>	<b>268.662</b>

**6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora**

**a. Movimentação**

	2016	2015
<b>Intercâmbio a receber pendentes no início do exercício</b>	<b>73.925</b>	<b>43.669</b>
Intercâmbio a receber emitidos	715.284	722.754
Recebimentos	(622.677)	(664.430)
Baixas por cancelamentos	(63.398)	(27.510)
Tributos retidos na fonte	-	(19)
Transferência para cobrança judicial	(37.572)	(539)
<b>Intercâmbio a receber pendentes no final do exercício</b>	<b>65.562</b>	<b>73.925</b>
<b>Provisão para perdas sobre créditos no início do exercício</b>	<b>(7.999)</b>	<b>(2.540)</b>
Constituição	(31.389)	(8.886)
Reversão	30.046	3.427
<b>Provisão para perdas sobre créditos do final do exercício</b>	<b>(9.342)</b>	<b>(7.999)</b>
<b>Intercâmbio a faturar</b>	<b>52.422</b>	<b>32.680</b>
<b>Total</b>	<b>108.642</b>	<b>98.606</b>

**b. Idade dos saldos**

	2016	2015
A vencer	62.090	46.904
Vencidos de 1 a 30 dias	24.659	17.944
Vencidos de 31 a 60 dias	2.929	11.488
Vencidos de 61 a 90 dias	11.941	4.485
Vencidos há mais de 90 dias	16.365	25.784
<b>Total</b>	<b>117.984</b>	<b>106.605</b>



- **Intercâmbio a receber** - Refere-se a valores a receber de cooperativas singulares e federações, relativos a atendimentos prestados aos seus usuários.

## 7 Créditos tributários e previdenciários

<b>Curto prazo</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
IRRF sobre serviços	12	90
IRRF sobre aplicações financeiras (*)	18.925	18.952
IRPJ e CSLL	1.719	18.131
PIS e COFINS a compensar (*)	1.523	1.133
Contribuição social	2.199	1.199
ISS	284	395
Outros	-	6.694
<b>Total</b>	<b>24.662</b>	<b>46.594</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
IRRF sobre serviços médicos cooperados	5.648	7.060
IRRF por órgãos públicos (*)	9.990	3.740
IRRF s/ aplicações financeiras	6.671	6.028
Outros	-	767
<b>Total</b>	<b>22.309</b>	<b>17.595</b>

(\*) A capacidade da utilização destes créditos é estimada em R\$ 30.438, baseada na projeção de débitos tributários de 2017.

### a. Movimentação de créditos tributários e previdenciários

<b>Curto prazo</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>46.594</b>	<b>21.774</b>
Constituição	22.997	31.955
Atualização monetária	2.866	3.207
Compensações	(47.795)	(10.342)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>24.662</b>	<b>46.594</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>17.595</b>	<b>14.607</b>
Constituição	9.711	7.885
Atualização monetária	726	267
Compensações	(5.723)	(5.164)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>22.309</b>	<b>17.595</b>

## 8 Investimentos

	Unimed Participações Ltda		Unimed do Brasil		Outros investimentos		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>a. Informações sobre:</b>								
Capital social	338.222	298.222	-	-	-	-	338.222	298.222
Capital social em quotas	1.090.182.493	1.021.216.993	-	-	-	-	1.090.182.493	1.021.216.993
Quantidade de quotas de propriedade da Operadora	42.157.517	35.357.162	-	-	-	-	42.157.517	35.357.162
Total do ativo	733.731	606.044	-	-	-	-	733.731	606.044
Total do passivo circulante e não circulante	7.471	8.752	-	-	-	-	7.471	8.752
Receitas	90.161	43.275	-	-	-	-	90.161	43.275
Patrimônio líquido	726.261	597.292	-	-	-	-	726.261	597.292
Resultado do exercício	82.990	39.085	-	-	-	-	82.990	39.085
<b>b. Informações sobre os investimentos:</b>								
Quantidade de ações/quotas possuídas								
Porcentagem de participação	3,86701%	3,46226%	1,67588%	1,71383%			3,86701%	3,46226%
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>20.680</b>	<b>18.759</b>	<b>640</b>	<b>640</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>21.352</b>	<b>19.431</b>
Aquisição de quotas	3.401	1.349	471	-	11	-	3.883	1.349
Resultado da equivalência patrimonial	4.003	572	-	-	-	-	4.003	572
<b>Saldo de investimento no final do exercício</b>	<b>28.084</b>	<b>20.680</b>	<b>1.111</b>	<b>640</b>	<b>43</b>	<b>32</b>	<b>29.238</b>	<b>21.352</b>

## 9 Imobilizado

	2016			2015		
	Custo	Depreciação	Saldo	Custo	Depreciação	Saldo
<b>Imóveis de uso próprio não hospitalares</b>	<b>32.313</b>	<b>(9.772)</b>	<b>22.541</b>	<b>32.196</b>	<b>(8.974)</b>	<b>23.222</b>
Edificações	32.313	(9.772)	22.541	32.196	(8.974)	23.222
<b>Imobilizado de uso próprio não hospitalares</b>	<b>40.426</b>	<b>(24.759)</b>	<b>15.667</b>	<b>39.810</b>	<b>(19.521)</b>	<b>20.289</b>
Móveis e utensílios	3.924	(1.951)	1.973	3.810	(1.643)	2.167
Veículos	679	(478)	201	679	(365)	314
Equipamentos de processamento de dados	33.478	(21.582)	11.896	33.019	(16.988)	16.031
Máquinas e equipamentos	960	(268)	692	801	(165)	636
Instalações	40	(39)	1	40	(37)	3
Imobilizações em curso	-	-	-	117	-	117
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.345	(441)	904	1.344	(323)	1.021
<b>Total</b>	<b>72.739</b>	<b>(34.531)</b>	<b>38.208</b>	<b>72.006</b>	<b>(28.495)</b>	<b>43.511</b>

## Movimentação

	Imóveis de uso próprio	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Máquinas e equipamentos	Instalações	Imobilizações em curso	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
<b>Custo de aquisição</b>									
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>31.451</b>	<b>3.593</b>	<b>756</b>	<b>23.429</b>	<b>647</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>1.245</b>	<b>61.161</b>
Aquisições	394	598	-	11.063	254	-	469	99	12.877
Transferência	351	-	-	-	-	-	(351)	-	-
Alienações	-	(381)	(77)	(1.473)	(100)	-	(1)	-	(2.032)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>32.196</b>	<b>3.810</b>	<b>679</b>	<b>33.019</b>	<b>801</b>	<b>40</b>	<b>117</b>	<b>1.344</b>	<b>72.006</b>
Aquisições	-	167	-	736	163	-	-	1	1.067
Transferência	117	-	-	-	-	-	(117)	-	-
Alienações	-	(53)	-	(277)	(4)	-	-	-	(334)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>32.313</b>	<b>3.924</b>	<b>679</b>	<b>33.478</b>	<b>960</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>1.345</b>	<b>72.739</b>
<b>Depreciação</b>									
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>(8.125)</b>	<b>(1.580)</b>	<b>(320)</b>	<b>(14.766)</b>	<b>(151)</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>(207)</b>	<b>(25.182)</b>
Depreciação do exercício	(849)	(424)	(122)	(3.705)	(114)	(4)	-	(116)	(5.334)
Alienações	-	361	77	1.483	100	-	-	-	2.021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(8.974)</b>	<b>(1.643)</b>	<b>(365)</b>	<b>(16.988)</b>	<b>(165)</b>	<b>(37)</b>	<b>-</b>	<b>(323)</b>	<b>(28.495)</b>
Depreciação do exercício	(798)	(335)	(113)	(4.709)	(103)	(2)	-	(118)	(6.178)
Alienações	-	27	-	115	-	-	-	-	142
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(9.772)</b>	<b>(1.951)</b>	<b>(478)</b>	<b>(21.582)</b>	<b>(268)</b>	<b>(39)</b>	<b>-</b>	<b>(441)</b>	<b>(34.531)</b>
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>22.541</b>	<b>1.973</b>	<b>201</b>	<b>11.896</b>	<b>692</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>904</b>	<b>38.208</b>

## 10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

### a. Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

O valor integral da provisão para eventos ocorridos e não avisados, calculada segundo métodos e critérios atuariais mencionados na nota explicativa nº 3i, monta a R\$ 327.679 (R\$ 315.473 em 2015) e está totalmente constituído.

### b. Provisão de eventos a liquidar para prestadores de serviços assistenciais

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e devidamente avisados pelas cooperativas Unimed e pelos prestadores de serviços assistenciais até a data de encerramento do exercício. O valor da provisão totaliza R\$ 205.445 (R\$ 164.771 em 2015).

### c. Movimentação das contas de provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Apropriações	Cancelamentos	Recebimentos transferidos	Saldo em 31/12/2016
<b>Provisões de contraprestações</b>						
Provisão para contribuições não ganhas	86.317	1.345.325	(1.324.636)	(1.469)	(2.495)	103.042
Provisão para remissão	7.100	5	-	-	-	7.105
<b>Subtotal</b>	<b>93.417</b>	<b>1.345.330</b>	<b>(1.324.636)</b>	<b>(1.469)</b>	<b>(2.495)</b>	<b>110.147</b>
	Saldos em 31/12/2015	Constituição	Glosas / Descontos	Pagamentos	Tributos retidos	Saldos em 31/12/2016
<b>Provisões de eventos</b>						
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	61.278	35.639	-	-	-	96.917
Provisão de eventos a liquidar para prestadores	164.771	4.027.092	(251.602)	(3.704.009)	(30.807)	205.445
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	315.473	12.206	-	-	-	327.679
<b>Subtotal</b>	<b>541.522</b>	<b>4.074.937</b>	<b>(251.602)</b>	<b>(3.704.009)</b>	<b>(30.807)</b>	<b>630.041</b>
<b>Total</b>	<b>634.939</b>					<b>740.188</b>

### d. Idade dos saldos de eventos a liquidar (Provisão ressarcimento ao SUS e eventos a liquidar)

	2016	2015
A vencer	184.012	158.653
Vencidos de 1 a 30 dias	28.416	5.310
Vencidos de 31 a 60 dias	3.168	1.100
Vencidos de 61 a 90 dias	45	1.474
Vencidos de 91 a 120 dias	2.110	8.396
Vencidos há mais de 120 dias	84.611	51.116
<b>Total</b>	<b>302.362</b>	<b>226.049</b>

## 11 Débitos de operações de assistência à saúde

### a. Receita antecipada de contraprestações

Refere-se aos valores de contraprestações pecuniárias recebidas antecipadamente ao início do período de cobertura dos contratos.

### b. Comercialização sobre operações

Refere-se a valores a pagar decorrentes de comissões devidas a corretores pela comercialização de planos de assistência à saúde.

### c. Operadoras de planos de assistência à saúde

Totaliza R\$ 34 (R\$ 71 em 2015) relativos a valores a pagar a título de contraprestação de corresponsabilidade transferida.

### d. Movimentação

	Saldos em 31/12/2015	Constituição	Apropriação / pagamentos	Tributos	Saldos em 31/12/2016
Contraprestações a restituir	16	20	(20)	-	16
Receita antecipada de contraprestações	17.116	208.752	(206.257)	-	19.611
Comercialização sobre operações	5.226	115.483	(114.821)	(5.843)	45
Operadoras de planos de assistência à saúde	71	29.692	(29.728)	(1)	34
<b>Total</b>	<b>22.429</b>	<b>353.947</b>	<b>(350.826)</b>	<b>(5.844)</b>	<b>19.706</b>

### e. Idade dos saldos

	2016	2015
A vencer	19.690	22.413
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-
Vencidos há mais de 120 dias	16	16
<b>Total</b>	<b>19.706</b>	<b>22.429</b>

## 12 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Corresponde a valores a pagar à rede credenciada decorrentes de assistência à saúde prestada aos beneficiários de outras cooperativas.

### a. Movimentação

	Saldos em 31/12/2015	Constituição / Reversão	Glosas / Descontos	Pagamentos	Tributos	Saldos em 31/12/2016
Outros débitos de operações com plano de assistência à saúde	45.828	645.139	(41.713)	(572.532)	(10.437)	66.285

### 13 Tributos e encargos sociais a recolher

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
FGTS	856	757
PIS e COFINS	17.246	77.577
ISS	552	-
Retenções de impostos e contribuições	7.643	9.974
<b>Total</b>	<b>26.297</b>	<b>88.308</b>

### 14 Débitos diversos

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Obrigações com pessoal	18.219	16.188
Fornecedores	4.692	5.290
Seguros a pagar	204	46
Outros débitos a pagar	1.930	4.532
<b>Total</b>	<b>25.045</b>	<b>26.056</b>

### 15 Provisões judiciais e depósitos

	<b>Provisões</b>				<b>Depósitos judiciais</b>		
	<b>Saldo anterior</b>	<b>Principal</b>	<b>Atualizações/ multa</b>	<b>Reversão/ pagamento</b>	<b>Saldo atual</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fiscais	28.514	-	3.521	(26.069)	5.966	-	-
ISS	22.942	-	3.127	(26.069)	-	-	-
Tributos federais	5.572	-	394	-	5.966	-	-
Trabalhistas	142	505	-	(142)	505	184	127
Cíveis	10.689	13.668	3.023	(10.689)	16.691	39.069	17.953
<b>Total</b>	<b>39.345</b>	<b>14.173</b>	<b>6.544</b>	<b>(36.900)</b>	<b>23.162</b>	<b>39.253</b>	<b>18.080</b>

#### a. Fiscais

##### **ISS**

A provisão constituída, até 2015, em face de divergências quanto à base de cálculo do ISS, no montante de R\$ 22.942, foi integralmente revertida em 2016, conforme parecer dos assessores jurídicos da Operadora, que julgam possível a perspectiva de cobrança por parte da Prefeitura de São Paulo dos ajustes na base de cálculo do ISS.

##### **INSS**

A Operadora recebeu auto de infração em 31 de janeiro de 2013, lavrado na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em decorrência do não recolhimento da contribuição previdenciária de 15% sobre o intercâmbio entre Unimed, no período de 2008, cujo valor atualizado monta a R\$ 175.335. A Administração da Operadora entende, conforme parecer dos advogados que acompanham este processo, que a probabilidade de perda é remota,

tendo em vista o Trânsito em Julgado do RE n.º 595.838 do STF que julgou inconstitucional a contribuição exigida, logo, nenhuma provisão foi constituída.

**b. Trabalhistas**

A Operadora responde a 187 processos de natureza trabalhista, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída uma provisão de R\$ 505 (R\$ 142 em 2015) referente a 40 processos avaliados com risco de perda provável. A Cooperativa também responde a 85 processos avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 2.077 (R\$ 1.231 em 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

**c. Cíveis**

A Operadora responde a processos de natureza cível, os quais estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face às eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos foi constituída provisão de R\$ 10.395 (R\$ 6.858 em 2015) para 165 processos classificados como risco provável. A Operadora também responde a 6.361 processos avaliados com risco de perda possível no montante de R\$ 238.492 (R\$ 118.008 em 2015), para os quais foi constituída provisão de R\$ 6.296 (R\$ 3.831 em 2015).

## **16 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

O capital social subscrito é composto por 1.071.803 quotas-partes (1.071.919 quotas-partes em 2015), com valor unitário de R\$ 100,00.

O capital a integralizar é composto por 219 quotas-partes (219 quotas-partes em 2015).

A quota-parte é indivisível, intransferível a não filiadas e não poderá ser negociada de modo algum, nem ser oferecida em garantia. O número de cooperadas é 327 (327 em 2015).

**b. Reservas**

A Reserva legal é destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades, sendo constituída por, no mínimo, 10% da sobra líquida de cada exercício. A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) destina-se à prestação de assistência às associadas e é constituída por valor correspondente a 5% da sobra líquida apurada no exercício, na forma do art. nº 28 da Lei nº 5.764/71 e de acordo com o estabelecido no art. nº 56 do estatuto social. A Reserva para Contingências é destinada a reparar perdas fiscais e será mantida até que ocorra o desembolso financeiro das razões que justificaram a sua constituição.

**c. Destinação das sobras**

A sobra líquida do exercício, após as deduções dos fundos obrigatórios, será submetida à deliberação da Assembleia Geral, que poderá destiná-la às associadas, como retorno líquido, a aumento do capital social ou às reservas. Em 2016, a Assembleia Geral Ordinária, decidiu por destinar 100% das sobras do exercício social de 2015, no montante de R\$ 26.176, para a Reserva de Contingência.

**d. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência**

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela RDC nº 39/00, enquadra a Operadora como Cooperativa Médica, Segmento Secundário Principal (SSP) e Região de Atuação 1. Conforme o estabelecido na RN nº 209/09 da ANS, o Patrimônio Mínimo Ajustado representa o valor mínimo de patrimônio líquido, ajustado por efeitos econômicos na forma do disposto na



Instrução Normativa nº 50/12. O PMA é calculado a partir da multiplicação do fator “K” (0,4581), obtido na tabela do Anexo I da RN nº 209/09, pelo capital base de R\$ 7.908 mil, totalizando R\$ 3.623. A Administração mantém patrimônio líquido ajustado superior ao exigido como se segue:

### **Patrimônio líquido ajustado conforme IN nº 50/12**

<b>Patrimônio líquido</b>	<b>446.182</b>
(+) Obrigações legais de longo prazo	10.000
(-) Participações em outras operadoras	(1.111)
(-) Despesas diferidas	(9.184)
(-) Despesas antecipadas	(432)
<b>(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>445.455</b>

A margem de solvência, conforme determinado pela RN nº 209/09, foi apurada utilizando o critério de 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido mais 10%(\*) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, por ser o maior valor, dentre os dois critérios estabelecidos na referida Resolução.

(\*) De acordo com o preconizado na RN nº 209/09, em seu Artigo 6º, Parágrafo 1º, as operadoras poderão substituir o percentual ponderador de 50% dos eventos em modalidade de preço pós-estabelecido pelo percentual de inadimplência médio verificado pela operadora nos 12 (doze) meses anteriores à data de sua apuração, limitados a 10%, no mínimo, desde que demonstrado e autorizado pela DIOPE. A Operadora solicitou à ANS autorização para alterar a forma de cálculo de sua Margem de Solvência, obtendo seu deferimento através do Ofício ANS nº 39/17.

<b>Margem de solvência</b>	<b>2016</b>
A - 0.20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	622.230
B - 0.33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	810.195
C - Margem de solvência (maior entre A e B)	810.195
<b>Margem de solvência - 52,682% (**)</b>	<b>426.827</b>
<b>(=) Suficiência (PLA - M.S.)</b>	<b>18.628</b>

(\*\*) Em função da portabilidade da carteira da Unimed Paulistana e baseada no disposto na RN nº 384/15 - Capítulo II, Seção I, Artigo 4º, Item II, a Central Nacional Unimed assinou Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta em 25 de setembro de 2015, que em seu Artigo 2º, Parágrafo 2.4, Item II, estabelece: “recalcular a necessidade de Margem de Solvência da Operadora e estender seu deferimento por mais cinco anos, além do previsto na RN nº 209/09”.

## **17 Transações com partes relacionadas**

A Operadora mantém operações com entidades integrantes do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed, sendo as principais:

- a. A Operadora paga à Unimed do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, representante institucional do Sistema Unimed, contribuição confederativa mensal que totalizou,

em 2016 R\$ 7.643 (R\$ 7.738 em 2015). Não há saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 referente a esta contribuição.

- b.** O seguro de vida dos beneficiários dos planos de saúde da Operadora é contratado com a Unimed Seguradora S.A. Os custos deste produto foram de R\$ 550 (R\$ 629 em 2015), classificados em “Outras despesas operacionais”. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 5 (R\$ 0 em 2015).
- c.** Parcela significativa do atendimento médico prestado aos beneficiários dos planos de assistência à saúde da Operadora é efetuada pelas cooperativas associadas integrantes do Sistema Cooperativo Unimed. Em 2016 estes atendimentos atingiram o montante de R\$ 2.349.621 (R\$ 2.155.325 em 2015).
- d. Remuneração dos administradores**

A estrutura administrativa da Operadora compreende a Diretoria e o Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os Diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, sendo permitida uma reeleição. O Conselho Administrativo, Técnico e Operacional, composto por dezoito membros eleitos por Assembleia Geral, é um colegiado de gestão participativa nos assuntos técnicos e operacionais do desenvolvimento da Cooperativa. O mandato do Conselho Administrativo, Técnico e Operacional coincide com o da Diretoria.

A remuneração a estes Administradores totalizou o montante de R\$ 8.322 (R\$ 7.423 em 2015) e está dividida em: pró-labore dos Diretores: R\$ 5.761 (R\$ 5.239 em 2015), valor devido à presença dos Conselheiros: R\$ 855 (R\$ 704 em 2015), previdência social: R\$ 1.323 (R\$ 1.190 em 2015), assistência médica dos Diretores: R\$ 316 (R\$ 218 em 2015) e seguro de vida e acidentes pessoais dos Diretores de R\$ 67 (R\$ 72 em 2015).

Os Administradores da Operadora ocupam cargos em outras cooperativas e empresas do Sistema Unimed conforme quadro abaixo:

Cargo na operadora	Parte relacionada	Cargo na parte relacionada
Presidente	Seguros Unimed	Membro do Conselho de Administração
Vice-presidente	Unimed Participações	Diretor Administrativo-Financeiro
Diretor Administrativo e Financeiro	Unimed Participações	Procurador
Diretor de Mercado, Marketing e Comunicação	Unimed Volta Redonda	Presidente
Diretor de Atenção à Saúde e Intercâmbio	Unimed Poços de Caldas	Membro do Conselho de Administração
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Frutal	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Federação Espírito Santo	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Curitiba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Joinville	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Nordeste/RS	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Sta Bárbara D'Oeste, Americana e Nova Odessa	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed do Brasil	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Dourados	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Fortaleza	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Belo Horizonte	Diretor de Provimento de Saúde
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Sorocaba	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Rio Claro	Diretor Administrativo
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Campinas	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Porto Alegre	Membro do Conselho de Administração
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Cuiabá	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Uberlândia	Presidente
Conselho Administrativo, Técnico e Operacional	Unimed Goiânia	Presidente

## 18 Detalhamento das contas de resultado

### a. Contraprestações líquidas

	2016	2015
Planos individuais e familiares	129.237	81.679
Planos coletivos pré-estabelecidos	2.890.769	2.528.805
Planos coletivos pós-estabelecidos	911.466	731.654
<b>Total</b>	<b>3.931.472</b>	<b>3.342.138</b>

### b. Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	2016	2015
PIS	(1.153)	(6.493)
COFINS	(7.093)	(40.115)
ISS	(739)	(1.702)
ISS retido por terceiros	(56)	(182)
<b>Total</b>	<b>(9.041)</b>	<b>(48.492)</b>

### c. Eventos indenizáveis líquidos

	2016	2015
Intercâmbio	(2.349.621)	(2.155.325)
Rede credenciada - pessoas físicas	(5.463)	(4.636)
Rede credenciada - pessoas jurídicas	(1.238.098)	(772.845)
Reembolsos a usuários	(12.298)	(10.805)
Ressarcimento ao SUS	(35.639)	(19.831)
<b>Eventos conhecidos ou avisados</b>	<b>(3.641.119)</b>	<b>(2.963.442)</b>
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(12.206)	(59.385)
<b>Total</b>	<b>(3.653.325)</b>	<b>(3.022.827)</b>

### d. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora

	2016	2015
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Receitas de prestação de serviços de intercâmbio	725.916	661.076
(-) Deduções das receitas	(52.878)	(30.468)
Outras receitas operacionais	52.088	10.698
<b>Total</b>	<b>725.126</b>	<b>641.306</b>

### e. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	2016	2015
Confecção de carteiras	(2.423)	(2.542)
Confecção de livros de credenciamento	(17)	(74)

Despesas com cobrança	(529)	(400)
Encargos sociais sobre pagamentos a médicos credenciados	(1.109)	(1.784)
Despesas c/ remoções e <i>Home Care</i>	(3.887)	(3.206)
Seguros	(550)	(629)
Medicina preventiva	(2.737)	(623)
Transporte de guias médicos e carteiras	(1.567)	(2.410)
Acordo operacional - sócias	(5.563)	(6.779)
Provisões para contingências	(5.125)	(25.946)
Provisão para perdas sobre créditos	(13.438)	(25.953)
Outras	(1.066)	(629)
<b>Total</b>	<b>(38.011)</b>	<b>(70.975)</b>

**f. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora**

Correspondem aos atendimentos prestados aos beneficiários de outras cooperativas - Intercâmbio Eventual.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas de prestação de serviços de intercâmbio	(645.268)	(585.095)
(-) Deduções das despesas	42.221	34.819
<b>Total</b>	<b>(603.047)</b>	<b>(550.276)</b>

**g. Despesas administrativas**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas com pessoal	(167.371)	(143.146)
Serviços de terceiros	(39.602)	(29.763)
Localização e funcionamento	(24.802)	(30.078)
Despesas com publicidade e propaganda	(7.280)	(7.976)
Despesas com contribuições e donativos	(7.992)	(8.142)
Tributos - taxa de saúde suplementar	(8.032)	(4.509)
Seminários, congressos e simpósios	(2.954)	(2.644)
Despesas judiciais	(10.210)	(6.408)
Multas e acréscimos moratórios	(12.489)	(1.193)
Outras	(1.700)	(549)
<b>Total</b>	<b>(282.432)</b>	<b>(234.408)</b>

**h. Resultado financeiro líquido**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos privados	19.757	34.279
Valor justo por meio do resultado	12.342	22.447
Disponível para venda	1.442	5.923
Até o vencimento	5.973	5.909
Receitas com títulos públicos	13.900	9.866
Valor justo por meio do resultado	1.815	-
Até o vencimento	12.085	9.866
Receitas com fundos de investimento	59.600	38.196
Valor justo por meio do resultado	59.600	38.196
Atualização dos créditos tributários	3.593	3.476
Juros por recebimentos em atraso	4.002	3.586

**Central Nacional Unimed - Cooperativa Central**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2016 e 2015**

Outras receitas financeiras	26.369	934
<b>Total</b>	<b>127.221</b>	<b>90.337</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e multas s/ tributos	(495)	(1.198)
Atualização monetária do PIS e COFINS sobre os atos cooperativos	(267)	(4.071)
Atualizações das contingências	(1.272)	(3.078)
Outras	(756)	(333)
<b>Total</b>	<b>(2.790)</b>	<b>(8.680)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>124.431</b>	<b>81.657</b>

**i. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
<b>Sobra do exercício, antes dos impostos e depois as participações</b>	<b>100.316</b>	<b>31.368</b>	<b>100.316</b>	<b>31.368</b>
(-) Sobras de atos cooperativos	(343.717)	(224.567)	(343.717)	(224.567)
<b>(=) Resultado de atos não cooperativos, antes dos impostos</b>	<b>(243.401)</b>	<b>(193.199)</b>	<b>(243.401)</b>	<b>(193.199)</b>
<b>Adições</b>	<b>119.639</b>	<b>93.700</b>	<b>119.639</b>	<b>93.700</b>
Receitas de aplicações financeiras	64.665	59.887	64.665	59.887
Ressarcimento ao SUS	35.639	7.869	35.639	7.869
Provisão de contingências - ISS	227	842	227	842
Provisão de contingências - PIS e COFINS	-	7.857	-	7.857
Provisão para perdas sobre créditos	4.120	7.077	4.120	7.077
Outras	14.988	10.168	14.988	10.168
<b>Exclusões</b>	<b>(25.860)</b>	<b>(572)</b>	<b>(25.860)</b>	<b>(572)</b>
Equivalência patrimonial	(4.003)	(572)	(4.003)	(572)
Provisão de contingências - PIS e COFINS - reversão	(15.056)	-	(15.056)	-
Outras	(6.801)	-	(6.801)	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>(149.622)</b>	<b>(100.071)</b>	<b>(149.622)</b>	<b>(100.071)</b>
Imposto de renda alíquota 15%	-	-	-	-
Adicional de 10%	-	-	-	-
Contribuição social alíquota 9%	-	-	-	-
<b>Tributos correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Alíquotas efetivas</b>	<b>00,00%</b>	<b>00,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

**19 Apresentação das demonstrações de sobra e perdas - Resolução CFC n° 959/03**

As receitas e despesas de atos não cooperativos são determinadas a partir dos pagamentos a título de eventos indenizáveis a médicos credenciados, clínicas, laboratórios, hospitais e atendimentos de emergências, os quais não fazem parte do sistema Unimed.

Considerando a representatividade das despesas de atos não cooperativos sobre os totais de eventos indenizáveis, deduzidos das respectivas recuperações, foi apurado o percentual de 30,66% (27,27% em 2015), o qual foi utilizado para ratear as receitas e os demais custos.

	2016			2015		
	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/despesas
<b>Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde</b>	3.922.426	2.797.886	1.124.540	3.291.379	2.577.608	713.771
Ingressos/receitas com operações de assistência à saúde	3.931.467	2.804.511	1.126.956	3.339.871	2.620.086	719.785

**Central Nacional Unimed - Cooperativa Central**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2016 e 2015**

	2016			2015		
	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas	Total	Ato cooperativo/ ingressos/ dispêndios	Ato não cooperativo/ receitas/ despesas
Contraprestações líquidas	3.931.472	2.804.515	1.126.957	3.342.138	2.621.735	720.403
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(5)	(4)	(1)	(2.267)	(1.649)	(618)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(9.041)	(6.625)	(2.416)	(48.492)	(42.478)	(6.014)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>	<b>(3.653.325)</b>	<b>(2.358.085)</b>	<b>(1.295.240)</b>	<b>(3.022.827)</b>	<b>(2.198.516)</b>	<b>(824.311)</b>
Eventos conhecidos ou avisados	(3.641.119)	(2.349.621)	(1.291.498)	(2.963.442)	(2.155.325)	(808.117)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	(12.206)	(8.464)	(3.742)	(59.385)	(43.191)	(16.194)
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>269.101</b>	<b>439.801</b>	<b>(170.700)</b>	<b>268.552</b>	<b>379.092</b>	<b>(110.540)</b>
<b>Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde</b>	<b>26.450</b>	<b>18.277</b>	<b>8.173</b>	<b>5.578</b>	<b>4.224</b>	<b>1.354</b>
<b>Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	<b>725.126</b>	<b>690.877</b>	<b>34.249</b>	<b>641.306</b>	<b>483.169</b>	<b>158.137</b>
Ingressos/receitas com operações de assistência médico-hospitalar	673.038	655.750	17.288	630.608	476.901	153.707
Outros ingressos/receitas operacionais	52.088	35.127	16.961	10.698	6.268	4.430
<b>Outros dispêndios/despesas operacionais com planos de assistência à saúde</b>	<b>(38.011)</b>	<b>(25.588)</b>	<b>(12.423)</b>	<b>(70.975)</b>	<b>(50.323)</b>	<b>(20.652)</b>
Outros dispêndios/despesas de operações de planos de assistência à saúde	(21.835)	(14.371)	(7.464)	(44.399)	(30.994)	(13.405)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(2.738)	(1.898)	(840)	(623)	(453)	(170)
(-) Recuperação de outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde	-	-	-	-	-	-
Provisão para perdas sobre créditos	(13.438)	(9.318)	(4.120)	(25.953)	(18.876)	(7.077)
<b>Outros dispêndios/despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	<b>(603.047)</b>	<b>(593.289)</b>	<b>(9.758)</b>	<b>(550.276)</b>	<b>(400.218)</b>	<b>(150.058)</b>
<b>Resultado bruto</b>	<b>379.619</b>	<b>530.078</b>	<b>(150.459)</b>	<b>294.185</b>	<b>415.944</b>	<b>(121.759)</b>
<b>Dispêndios/despesas de comercialização</b>	<b>(120.493)</b>	<b>(83.550)</b>	<b>(36.943)</b>	<b>(105.564)</b>	<b>(76.777)</b>	<b>(28.787)</b>
<b>Dispêndios/despesas administrativas</b>	<b>(282.432)</b>	<b>(185.581)</b>	<b>(96.851)</b>	<b>(234.408)</b>	<b>(167.767)</b>	<b>(66.641)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>124.431</b>	<b>86.173</b>	<b>38.258</b>	<b>81.657</b>	<b>56.853</b>	<b>24.804</b>
Receitas financeiras	127.221	88.215	39.006	90.337	65.702	24.635
Despesas financeiras	(2.790)	(2.042)	(748)	(8.680)	(8.849)	169
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>4.570</b>	<b>327</b>	<b>4.243</b>	<b>565</b>	<b>-</b>	<b>565</b>
Receitas patrimoniais	4.757	327	4.430	604	-	604
Despesas patrimoniais	(187)	-	(187)	(39)	-	(39)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>105.695</b>	<b>347.447</b>	<b>(241.752)</b>	<b>36.435</b>	<b>228.253</b>	<b>(191.818)</b>
Imposto de renda	-	-	-	-	-	-
Contribuição social	-	-	-	-	-	-
Participações no resultado	(5.379)	(3.730)	(1.649)	(5.067)	(3.686)	(1.381)
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>100.316</b>	<b>343.717</b>	<b>(243.401)</b>	<b>31.368</b>	<b>224.567</b>	<b>(193.199)</b>

## 20 Outras informações

### a. Plano de complementação de aposentadoria

A Cooperativa mantém com a Unimed Seguradora S.A., em favor de seus Diretores, um plano de previdência privada, na modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). O benefício consiste em uma renda mensal temporária, pelo prazo de 12 meses, a partir do término do mandato dos diretores. O plano é de contribuição definida e o valor da renda mensal é calculado

com base no montante dos recursos acumulados nas reservas matemáticas formadas pelas contribuições aportadas. As contribuições mensais realizadas no exercício totalizaram R\$ 1.152 (R\$ 1.048 em 2015).

**b. Benefícios concedidos aos empregados**

Fazem parte da política de benefícios concedidos aos empregados a assistência médica, seguro de vida em grupo, previdência complementar, garantia funeral, ticket alimentação, ticket refeição, auxílio creche ou auxílio babá, plano odontológico, estacionamento, assistência para emergências em viagens, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de graduação, pós - graduação , MBA e mestrado, vale transporte ou ônibus fretado, participação nos resultados, convênio farmácia, convênio academia e empréstimo pessoal. Em 2016 os benefícios concedidos aos empregados atingiram o montante de R\$ 29.900 (R\$ 26.697 em 2015).

\* \* \*

## **Diretoria**

Dr. Mohamad Akl  
Diretor Presidente

Dr. Humberto Jorge Isaac  
Vice-Presidente

Dr. Francisco Albeniz Bohrer Pilla  
Diretor Administrativo e Financeiro

Dr. Luiz Paulo Tostes Coimbra  
Diretor de Mercado, Marketing e Comunicação

Dr. Paulo César Januzzi de Carvalho  
Diretor de Atenção à Saúde e Intercâmbio

## **Atuário**

Eduardo de Souza Schuch  
Atuário MIBA 1.500

## **Contadora**

Maria Cristina Carlos Brandão  
CRC 1SP133272/O-1